



Parecer nº 096/2025

Processo Administrativo Nº 1053/2025

Modalidade: Pregão Eletrônico

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal - SEMAG

EMENTA – REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP, ENVASADO EM BOTTIÕES DE 13KG (P13) E 45KG (P45), COM ENTREGA SOB DEMANDA, INCLUINDO A TROCA DOS RESPECTIVOS VASILHAMES, VISANDO ATENDER A NECESSIDADES OPERACIONAIS DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL - SEMAG, BEM COMO DAS DEMAIS SECRETARIAS USUÁRIAS DO MUNICÍPIO DE TIMON/MA.

1. DO OBJETO

Trata-se de registro de preço para contratação de empresa fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo - GLP, envasado em botijões de 13kg (p13) e 45kg (p45), com entrega sob demanda, incluindo a troca dos respectivos vasilhames, visando atender a necessidades operacionais das unidades administrativas vinculadas à secretaria municipal de administração e gestão de pessoal - SEMAG, bem como das demais secretarias usuárias do município de Timon/Ma.

2. RELATÓRIO

Vieram nos autos do processo em epígrafe a esta Assessoria para análise, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas a luz da lei nº 14.133/21.

1053/25
5
1



Verifica-se nos autos:

1. Documento de Formalização de Demanda- DFD;
2. Estudo Técnico Preliminar – ETP;
3. Pesquisa de Mercado;
4. Orçamentos;
5. Justificativa de valores;
6. Termo de referência;
7. Mapa de Gerenciamento de Riscos;
8. Autorização de Licitação;
9. Minuta do Contrato;
10. Minuta do edital;
11. Solicitação de parecer jurídico.

Os autos foram regularmente autuados pelos membros da CPL e se encontram instruídos com os documentos pertinentes à fase preparatória da licitação, tudo conforme previsão do art. 53 da Lei 14.133/21.

Esta Assessoria Jurídica, dessa forma, analisará se a Minuta do Edital e Minuta do Contrato atende os objetivos e requisitos do art. 11 e 18 da Lei nº 14.133/21, bem como será apreciado nos termos do art. 53 da mencionada lei com critérios objetivos e em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Eis o relatório. Passa-se à análise jurídica.

3. ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, destaca-se que a análise realizada neste parecer se limita aos aspectos jurídicos relacionados à viabilidade da contratação de **empresa fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo - GLP, envasado em botijões de 13kg (p13) e 45kg (p45), com entrega sob demanda, incluindo a troca dos respectivos vasilhames, visando atender a necessidades operacionais das unidades administrativas vinculadas à secretaria municipal de administração e gestão de pessoal - SEMAG, bem como das demais secretarias usuárias do município de Timon/Ma.**

Ressalta-se que aspectos de natureza técnica, econômica e discricionária estão excluídos desta análise, pois não competem a esta Assessoria Jurídica.

1053/25
[Assinatura]



No que tange à contratação por entes públicos, a Constituição Federal determina que todas as aquisições de bens e serviços por órgãos governamentais devem ser precedidas de licitação, com o objetivo de garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância ao princípio da economicidade.

Convém ressaltar que a licitação é a regra geral para a escolha de fornecedores e prestadores de serviços, assegurando condições de igualdade entre os participantes do certame, conforme disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988.

Importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 11, estabelece que o processo licitatório tenha como objetivos selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa concorrência, bem como prevenir contratações com sobre preço ou valores inexequíveis, evitando o superfaturamento. Ademais, busca incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Por fim, destaca-se que o artigo 18 da mesma legislação determina que a fase preparatória do processo licitatório deve ser caracterizada pelo planejamento adequado, conforme previsto no artigo 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, deve-se observar a adequação orçamentária para a aquisição dos bens em questão, sendo que, no presente caso, há previsão na Lei Orçamentária para tal despesa.

No que concerne ao cumprimento das regras previstas nos incisos do artigo 18, verifica-se que a minuta do edital e do contrato, bem como seus anexos estão em conformidade com os requisitos legais.

Ademais, observa-se que a modalidade de licitação escolhida pela Autoridade Competente foi o Pregão Eletrônico, com fundamento no artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. O artigo 29 dessa legislação estabelece que tanto a concorrência quanto o pregão seguem o rito procedimental comum disposto no artigo 17, devendo ser adotado o pregão sempre que o objeto licitado possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais de mercado.

1053/25³



Ainda, de acordo com o parágrafo único do artigo 29, a concorrência aplica-se à contratação de serviços técnicos especializados. Por sua vez, o pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e às obras e serviços de engenharia, salvo os serviços de engenharia previstos na alínea "a" do inciso XXI do caput do artigo 6º da mesma lei.

A possibilidade da utilização do sistema de registro de preços está prevista na nova Lei das licitações em seus artigos 6º, XLV. 78, IV e 82.

No presente caso, justifica-se a escolha da modalidade Pregão Eletrônico, pois trata-se de contratação de **empresa fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo - GLP, envasado em botijões de 13kg (p13) e 45kg (p45), com entrega sob demanda, incluindo a troca dos respectivos vasilhames, visando atender a necessidades operacionais das unidades administrativas vinculadas à secretaria municipal de administração e gestão de pessoal - SEMAG, bem como das demais secretarias usuárias do município de Timon/Ma..**

O objeto da licitação possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital, com base em especificações usuais de mercado, conforme o Estudo Técnico Preliminar anexado ao processo licitatório.

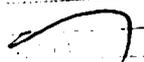
O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado nos termos do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, atendendo aos requisitos técnicos necessários para a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

Por último, ressalta-se que tanto a minuta do edital quanto a minuta do contrato estabelecem todos os critérios técnicos exigidos pela nova Lei de Licitações, não havendo impedimento para o prosseguimento do certame licitatório.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela possibilidade de realização da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico com base no art. 28 inciso I da Nova Lei de Licitações.

Inobstante isso, o presente Parecer Jurídico é eminentemente opinativo cabendo ao Agente de Contratação/Pregoeiro, usando seu juízo de


1053/03




discricionarieidade, o poder de decisão sobre a melhor forma de condução do processo licitatório.

É este o parecer. Salvo Melhor Juízo.

Timon(MA), 24 de Junho de 2025.

ANDREZA JULIETA DE SENA COIMBRA
ASSESSORA JURIDICA
OAB/PI 6528
PORTARIA N°088/2025-GP

1053/25⁵



OFÍCIO Nº 202/2025

Timon - Ma, 24 de junho de 2025.

Assunto: Homologação de parecer Jurídico nº 96/ 2025

Senhora Procuradora Geral,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminhamos para apreciação e homologação do parecer jurídico referente ao processo nº 1053/2025 – SEMAG, pregão eletrônico para Contratação de fornecimento contínuo de gás de petróleo – GLP, envasado em botijões de 13 kg (P13) e 45 kg (P45), com entrega sob demanda, incluindo a troca dos respectivos vasilhames, visando atender as necessidades operacionais das unidades administrativas vinculadas à Secretaria Municipal de Administração e gestão de Pessoal - SEMAG.

Após análise da documentação pertinente e da regularidade do procedimento, constatamos que o presente processo encontra-se em conformidade com os preceitos legais e normativos aplicáveis, estando apto para homologação por essa Procuradoria-Geral do Município.

Diante do exposto, solicitamos a manifestação dessa Procuradoria quanto à legalidade do ato e, se for o caso, a homologação do parecer para prosseguimento ao processo.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Rosânia Francisca Medina Costa
Presidente da CPL
Portaria Nº 082/2025

Rosânia Francisca Medina Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL
PORTARIA 082/2025-GP

1053/25



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
Procuradoria Geral do Município – PGM

timon.ma.gov.br

OFÍCIO Nº 1095/2025/PGM

Timon (Ma), 25 de Maio de 2025.

Senhora
Rosânia Francisca Medina Costa
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Resposta ao Ofício Nº 202/2025

Assunto: Homologação de Parecer Jurídico nº 096/2025/CPL

Após análise detalhada e considerações do Parecer Jurídico nº 096/2025 emitido pela Assessoria Jurídica da Comissão Permanente de Licitação (CPL), referente ao Processo Nº 1053/2025/SEMAG, cujo objeto é o registro de preço para a contratação de fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo envasado em botijões de 13KG (P13) e 45KG (P45), com entrega sob demanda, incluindo a troca dos respectivos vasilhames, informamos que, tendo em vista a consistência e a conformidade com a legislação vigente, esta Procuradora Geral do Município de Timon, em acordo com o art. 27, da Lei Municipal nº 1892/2013 c/c o art. 3º, IX e art. 6º, caput, da LC Municipal 020/2012, no exercício de suas funções, **HOMOLOGA** o referido Parecer.

Aprovado o Parecer, entende-se que ele está em consonância com as normas e princípios jurídicos aplicáveis, o que autoriza o prosseguimento da matéria conforme orientações ali contidas. Portanto, o Parecer Jurídico ora homologado deve ser utilizado para as devidas providências no âmbito do Órgão e demais setores envolvidos.

Reitero disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,


Amanda Almeida Waquim
Procuradora Geral do Município
Portaria nº 087/2025

RECEBIDO HOJE:
Timon (MA), ___ de ___ de ___
PGM

1053/25
